



Simulado de Manutenção da
Magistratura Federal
(Metas Estratégicas)

Simulado de Manutenção Magistratura Federal

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO EXCLUSIVO

- 1 – Este simulado conta com questões focadas no concurso para Magistratura Federal;
- 2 – A prova contém **100 questões** que abordam conhecimentos cobrados nos editais dos concursos;
- 3 – As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora, com questões A, B, C, D.
- 4 – Este PDF foi enviado por e-mail, disponibilizado na área do aluno e em um artigo publicado no blog do Estratégia Concursos;
- 5 – Os participantes têm das **8:30 às 13:00** para responder às questões;
- 6 – Esse simulado é uma auto avaliação! Você mesmo (a) vai corrigir, a partir do padrão de respostas disponível na área do aluno.

- | | | | | |
|--------------|--------------|--------------|--------------|---------------|
| 01 – A B C D | 21 – A B C D | 41 – A B C D | 61 – A B C D | 81 – A B C D |
| 02 – A B C D | 22 – A B C D | 42 – A B C D | 62 – A B C D | 82 – A B C D |
| 03 – A B C D | 23 – A B C D | 43 – A B C D | 63 – A B C D | 83 – A B C D |
| 04 – A B C D | 24 – A B C D | 44 – A B C D | 64 – A B C D | 84 – A B C D |
| 05 – A B C D | 25 – A B C D | 45 – A B C D | 65 – A B C D | 85 – A B C D |
| 06 – A B C D | 26 – A B C D | 46 – A B C D | 66 – A B C D | 86 – A B C D |
| 07 – A B C D | 27 – A B C D | 47 – A B C D | 67 – A B C D | 87 – A B C D |
| 08 – A B C D | 28 – A B C D | 48 – A B C D | 68 – A B C D | 88 – A B C D |
| 09 – A B C D | 29 – A B C D | 49 – A B C D | 69 – A B C D | 89 – A B C D |
| 10 – A B C D | 30 – A B C D | 50 – A B C D | 70 – A B C D | 90 – A B C D |
| 11 – A B C D | 31 – A B C D | 51 – A B C D | 71 – A B C D | 91 – A B C D |
| 12 – A B C D | 32 – A B C D | 52 – A B C D | 72 – A B C D | 92 – A B C D |
| 13 – A B C D | 33 – A B C D | 53 – A B C D | 73 – A B C D | 93 – A B C D |
| 14 – A B C D | 34 – A B C D | 54 – A B C D | 74 – A B C D | 94 – A B C D |
| 15 – A B C D | 35 – A B C D | 55 – A B C D | 75 – A B C D | 95 – A B C D |
| 16 – A B C D | 36 – A B C D | 56 – A B C D | 76 – A B C D | 96 – A B C D |
| 17 – A B C D | 37 – A B C D | 57 – A B C D | 77 – A B C D | 97 – A B C D |
| 18 – A B C D | 38 – A B C D | 58 – A B C D | 78 – A B C D | 98 – A B C D |
| 19 – A B C D | 39 – A B C D | 59 – A B C D | 79 – A B C D | 99 – A B C D |
| 20 – A B C D | 40 – A B C D | 60 – A B C D | 80 – A B C D | 100 – A B C D |

DIREITO CONSTITUCIONAL

Nelma Fontana

01. Com relação ao poder constituinte e ao direito constitucional intertemporal, assinale a opção correta.

- a) O Poder Constituinte Derivado, como poder político e não jurídico, tem como características ser limitado, condicionado, secundário e dependente.
- b) Lei infraconstitucional anterior à Constituição será por esta recepcionada quando guardar compatibilidade material com a nova Constituição. A compatibilidade formal da lei com o novo texto constitucional é irrelevante.
- c) O Poder Constituinte utilizado na criação da Constituição Estadual é espécie de poder originário, com aplicação apenas estadual.
- d) Entende-se por mutação constitucional a mudança na redação da Constituição, para adequação de suas normas à realidade sociopolítica.
- e) Uma emenda à Constituição Estadual requer a observância do quórum de dois terços dos membros da Assembleia Legislativa, em dois turnos de votação, com interstício mínimo de dez dias.

02. A respeito dos princípios fundamentais enumerados no primeiro título da Constituição Federal, indique a única alternativa que contém informação INCORRETA:

- a) A iniciativa popular, no âmbito federal, requer a manifestação de, no mínimo, um por cento do eleitorado nacional, dividido por pelo menos cinco estados da federação, tendo cada um deles três décimos por cento de seu eleitorado.
- b) A indissolubilidade do vínculo federativo está expressa na Constituição Federal. Por se tratar de limitação material ao poder de reforma da Constituição, nem mesmo por emenda será possível admitir que Estados, Municípios e Distrito Federal possam se desvincular da República Federativa do Brasil.
- c) Soberania, cidadania, prevalência dos direitos humanos, os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa e o pluralismo político são fundamentos da República Federativa do Brasil.
- d) A construção de uma sociedade livre, justa e solidária e a redução das desigualdades sociais e

regionais são objetivos da República Federativa do Brasil.

- e) A concessão de asilo político não é um direito fundamental e não gera ao estrangeiro o direito subjetivo ao seu recebimento no Brasil, ainda que esteja sofrendo perseguição política em seu país.

03. Quanto aos direitos e garantias fundamentais, assinale a opção correta.

- a) Os tratados internacionais sobre direitos humanos são incorporados automaticamente ao ordenamento jurídico brasileiro com força de norma constitucional derivada.
- b) Para que possam concorrer a outros cargos, os titulares de mandatos eletivos do Executivo e do Legislativo deverão renunciar aos seus cargos até seis meses antes do pleito. Assim, o governador é inelegível deputado, bem como o senador é inelegível Presidente da República, salvo se renunciarem aos seus respectivos cargos no prazo fixado pela Constituição Federal.
- c) Partidos políticos têm personalidade jurídica de direito público, razão pela qual devem prestar contas à Justiça Eleitoral periodicamente.
- d) São brasileiros natos, em regra, os que nascem no Brasil, independentemente de os pais serem ou não brasileiros. Aqueles que nascem fora do Brasil, ainda que filhos de brasileiros, não obterão a nacionalidade primária dos pais, salvo se vierem residir no Brasil e optarem, a qualquer tempo, depois de adquirida a maioria, pela nacionalidade brasileira.
- e) O sindicato é legitimado a fazer a defesa dos direitos e interesses coletivos ou individuais da categoria, nas questões judiciais e extrajudiciais, independentemente de autorização expressa do associado.

04. No que se refere à organização do Estado, assinale a opção correta.

- a) As terras devolutas, em regra, pertencem aos Estados, exceto as que são indispensáveis à defesa das fronteiras, das fortificações e construções militares, das vias federais de comunicação e à preservação ambiental.
- b) A Constituição Federal não admite a intervenção de um ente federativo na autonomia de outro, salvo nas hipóteses descritas em seu próprio texto. A intervenção federal nos estados e no Distrito Federal, quando houver a violação à autonomia municipal, depende de provimento do Supremo Tribunal Federal de representação interventiva movida pelo Procurador-geral do Estado.
- c) A competência dos municípios, diferente do que ocorre com estados e Distrito Federal, não está expressa Na Constituição Federal, razão pela qual tem sido classificada pela doutrina como residual. Assim, compete aos municípios o que não for competência da União e nem dos Estados.
- d) É competência concorrente da União, dos estados e do Distrito Federal legislar sobre direito financeiro, direito econômico, direito urbanístico e direito agrário.
- e) No âmbito da competência legislativa concorrente, compete aos estados e ao Distrito Federal o exercício da competência suplementar, de maneira a cumprir e ampliar as normas gerais fixadas pela União e acrescentar partes específicas, conforme a necessidade de cada um.

05. A Emenda Constitucional 103/2019 fez profundas reformas no regime de previdência dos servidores públicos. A respeito desse assunto, considerando o disposto no texto constitucional, indique a única alternativa INCORRETA:

- a) O regime próprio de previdência social dos servidores será custeado não apenas por contribuição do respectivo ente federativo e de servidores ativos, mas também por contribuição de aposentados e de pensionistas, uma vez que seu caráter é solidário.
- b) Se o servidor público efetivo for acometido de incapacidade permanente para o trabalho, no cargo em que estiver investido, quando insuscetível de readaptação, será aposentado. Nessa hipótese, será obrigatória a realização de avaliações periódicas para verificação da continuidade das condições que ensejaram a concessão da aposentadoria.
- c) O servidor público da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios que tomar posse após a promulgação da Emenda Constitucional 103/2019 será aposentado aos 62 anos de idade, se mulher, e aos 65 anos de idade, se homem, observados o tempo de contribuição e os demais requisitos estabelecidos em lei complementar do respectivo ente federativo.
- d) No regime próprio de previdência aplicável aos servidores públicos, os proventos de aposentadoria não poderão ser inferiores ao valor do salário mínimo e nem superiores ao limite máximo estabelecido para o Regime Geral de Previdência Social.
- e) A Constituição Federal veda a adoção de requisitos ou critérios diferenciados para concessão de benefícios em regime próprio de previdência social, exceto servidores com deficiência, os ocupantes de cargo de agente penitenciário, de agente socioeducativo ou de policial, os servidores cujas atividades sejam exercidas com efetiva exposição a agentes químicos, físicos e biológicos prejudiciais à saúde e os ocupantes do cargo de professor.

Manutenção – Magistratura Federal – 04/12/2021

06. A respeito do Poder Legislativo e da autonomia estadual, assinale a opção correta, nos termos definidos pela Constituição Federal e pela jurisprudência do Supremo Tribunal Federal.

- a) Compete ao Congresso Nacional processar e julgar o advogado-geral da União por crime de responsabilidade.
- b) A Constituição Federal proíbe a edição de medidas provisórias estaduais.
- c) A comissão parlamentar de inquérito (CPI) tem a prerrogativa para convocar Ministros de Estado a prestarem esclarecimentos, mas não podem promover a quebra de sigilo bancário de investigado.
- d) Compete ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, conceder anistia. Terrorismo, tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, tortura e os crimes hediondos definidos por lei não admitem anistia.
- e) Nas últimas eleições, o Estado do Ceará elegeu 22 deputados federais. A quantidade de deputados estaduais é definida a partir da quantidade de deputados federais eleitos, de forma que o número de deputados estaduais do Ceará corresponde ao triplo da representação do Estado na Câmara dos Deputados.

07. Quanto ao processo legislativo, assinale a opção correta.

- a) Compete privativamente ao Presidente da República sancionar, promulgar e encaminhar as leis à publicação. Caso deixe ultrapassar o prazo de quinze dias úteis e não se manifeste expressamente a respeito do projeto de lei aprovado pelo Congresso Nacional, seu silêncio implicará em sanção. Na situação, a próxima etapa será a promulgação da lei, que será feita pelo Presidente do Senado, na hipótese de o Presidente da República deixar transcorrer o prazo de 48 horas sem agir.
- b) É da iniciativa privativa do Presidente da República a proposição de projeto de lei que disponha sobre matéria tributária.
- c) Não se admite a votação de projeto de lei e de propostas de emenda à Constituição em comissão. Tais proposições somente poderão ser votadas no Plenário.
- d) O instituto da iniciativa popular consagrado no artigo 14 da Constituição Federal só tem aplicação

no processo legislativo federal e guardadas as exigências contidas no artigo 61, parágrafo 2º, da Lei Maior.

- e) Compete ao Congresso Nacional, por Decreto Legislativo, autorizar que o Presidente da República edite lei delegada.

08. No que se refere ao controle de constitucionalidade relativo à Constituição Federal, assinale a opção correta.

- a) Declarada a inconstitucionalidade de lei, em sede de controle concentrado de constitucionalidade, os efeitos da decisão produzirão eficácia contra todos e efeito vinculante, relativamente aos demais órgãos do Poder Judiciário, do Poder Legislativo e do Poder Executivo, bem como à administração pública direta e indireta, nas esferas federal, estadual e municipal.
- b) Tanto o Supremo Tribunal Federal quanto os Tribunais de Justiça dos Estados têm competência para processar e julgar ação direta de inconstitucionalidade de lei estadual em face da Constituição Federal. Caso a ação seja intentada perante o Tribunal de Justiça, da decisão caberá recurso extraordinário ao Supremo Tribunal Federal.
- c) Para que a ação declaratória de constitucionalidade seja admitida, será preciso demonstrar na petição inicial que existe controvérsia doutrinária ou judicial a respeito da interpretação ou da aplicação da lei ou do ato normativo federal ou estadual.
- d) Por força do princípio da subsidiariedade, a arguição de descumprimento de preceito fundamental só será admitida se não couber, na hipótese, ação direta de inconstitucionalidade e nem ação declaratória de constitucionalidade.
- e) Da decisão proferida em ação direta de inconstitucionalidade (ADI), não cabe recurso, exceto embargos declaratórios. Observado o prazo legal, para reformular o acórdão proferido em ADI, qualquer legitimado ativo da ação poderá apresentar ação rescisória.

09. Acerca da organização e competência do Poder Judiciário e das Funções Essenciais à Justiça, assinale a opção correta.

- a) Compete ao Supremo Tribunal Federal, processar e julgar originariamente a ação popular contra ato do Presidente da República.
- b) Compete ao Tribunal de Justiça do Estado processar e julgar mandado de segurança em matéria trabalhista contra ato do Governador.
- c) Compete à Justiça do Trabalho processar e julgar a abusividade no exercício do direito de greve praticado por servidores públicos celetistas.
- d) Compete ao Superior Tribunal de Justiça julgar as causas entre Estado estrangeiro ou organismo internacional e município ou pessoa domiciliada ou residente no país.
- e) Compete à Justiça Federal processar e julgar o litígio entre a União e o Estado da Paraíba, uma vez que não há, na hipótese, conflito federativo a atrair a competência do Supremo Tribunal Federal.

10. Acerca da ordem econômica, assinale a opção correta.

- a) São princípios da ordem econômica, dentre outros, a propriedade privada, a busca do pleno emprego e o tratamento favorecido para as empresas de pequeno porte constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sua sede e administração no País.
- b) A Constituição Federal assegura a todos o livre exercício de qualquer atividade econômica, desde que mediante autorização do Poder Público.
- c) As empresas públicas e as sociedades de economia mista, porque pertencentes da Administração Pública Indireta, usufruem de privilégios fiscais não extensivos às do setor privado.
- d) A atividade de garimpagem, ainda que em cooperativas, será reprimida pelo Estado, por meio da aplicação de penalidades, por ofensa ao meio ambiente.
- e) Constituem monopólio da União a pesquisa e a lavra das jazidas de petróleo e gás natural, mas a refinação do petróleo pode ser autorizada sob regime de permissão.

DIREITO PREVIDENCIÁRIO

Felipe Cavalcante

11. De acordo com a lei n. 8.213/91, o segurado especial do RGPS perderá essa qualidade quando:

- a) firmar contrato de parceria para a outorga integral do imóvel a terceiros.
- b) algum membro do grupo familiar for beneficiário de programa assistencial de governo.
- c) se filiar a cooperativa de crédito rural.
- d) receber benefício oriundo de plano de previdência complementar.
- e) utilizar processo de industrialização na exploração da atividade econômica familiar.

12. O texto permanente da Constituição Federal assegura a aposentadoria no Regime Geral de Previdência Social:

- a) aos 65 anos de idade, se homem, e aos 60 anos de idade, se mulher, observado tempo mínimo de contribuição.
 - b) aos 35 anos de contribuição, se homem, e aos trinta anos de contribuição, se mulher.
 - c) com redução de cinco anos no requisito contributivo, para o professor que comprove exclusivamente tempo de efetivo exercício das funções de magistério na educação infantil e no ensino fundamental e médio.
 - d) aos 60 anos de idade, se homem, e aos 55 anos de idade, se mulher, para os que exerçam suas atividades em regime de economia familiar.
 - e) aos 65 anos de idade, se homem, e aos 62 anos de idade, se mulher, independentemente do tempo de contribuição.
-

13. A respeito do auxílio-reclusão, assinale a alternativa incorreta:

- a) A concessão do benefício independe de carência.
- b) O benefício somente é devido caso o segurado esteja recolhido à prisão em regime fechado.
- c) O benefício somente é devido caso o segurado não receba remuneração de empresa e nem estiver em gozo de auxílio-doença, pensão por morte, salário-maternidade, aposentadoria ou abono de permanência em serviço.
- d) A aferição da renda mensal bruta para enquadramento do segurado como de baixa renda ocorrerá pela média dos salários de contribuição apurados no período de 12 (doze) meses anteriores ao mês do recolhimento à prisão.
- e) O exercício de atividade remunerada do segurado recluso, em cumprimento de pena em regime fechado, não acarreta a perda do direito ao recebimento do auxílio-reclusão para seus dependentes.

14. Considerando o disposto na Emenda Constitucional n. 103/2019 sobre os servidores da União:

- a) A aposentadoria por incapacidade permanente terá o valor da última remuneração que o segurado recebia, na ativa.
- b) A pensão por morte corresponderá à totalidade dos proventos do servidor falecido, até o limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social de que trata o art. 201, acrescido de setenta por cento da parcela excedente a este limite.
- c) O servidor poderá se aposentar, voluntariamente, aos sessenta e cinco anos de idade, se homem, e sessenta anos de idade, se mulher, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição.
- d) Em caso de falecimento do servidor em acidente do trabalho, a pensão por morte deixada ao cônjuge corresponderá a 100% da média prevista no art. 26 da EC 103/2019, paga de maneira vitalícia.
- e) A pensão por morte no serviço público federal poderá ser paga em valor inferior ao salário-mínimo.

15. Os planos de benefícios de entidades fechadas de previdência complementar deverão prever os seguintes institutos, exceto:

- a) Benefício proporcional diferido, em razão da cessação do vínculo empregatício com o patrocinador ou associativo com o instituidor antes da aquisição do direito ao benefício pleno, a ser concedido quando cumpridos os requisitos de elegibilidade;
- b) Benefício especial, pago pelo mesmo órgão responsável pela concessão de aposentadoria, inclusive por invalidez, ou pensão por morte.
- c) Portabilidade do direito acumulado pelo participante para outro plano;
- d) Resgate da totalidade das contribuições vertidas ao plano pelo participante, descontadas as parcelas do custeio administrativo;
- e) Faculdade de o participante manter o valor de sua contribuição e a do patrocinador, no caso de perda parcial ou total da remuneração recebida.

16. No que tange à competência federal delegada, é correto afirmar que:

- a) Havendo sede da justiça federal na comarca, o cidadão pode requerer o benefício de pensão por morte perante a justiça estadual, quando esta tiver concedido a aposentadoria por incapacidade acidentária do segurado falecido.
- b) Nos processos ajuizados com base na competência delegada prevista no art. 109 da Constituição, a eventual apelação será remetida para o Tribunal Regional Federal da respectiva jurisdição. Os agravos, todavia, serão julgados pelo Tribunal de Justiça ao qual se vincula o juiz de primeiro grau.
- c) De acordo com a legislação atual, somente poderão ser processadas e julgadas na Justiça Estadual as causas em que forem parte instituição de previdência social e segurado quando a Comarca estiver localizada a mais de setenta quilômetros de município sede de vara federal.
- d) No exercício da competência federal delegada, o magistrado estadual deverá aplicar o rito da lei n. 10.259/01 para processar e julgar a causa.
- e) qualquer ação contra autarquias e fundações públicas federais poderá ser movida perante a justiça estadual, quando a comarca estiver localizada a mais de setenta quilômetros de município sede de vara federal.

DIREITO PENAL

Michael Procópio

17. Assinale a alternativa que não está conforme a doutrina majoritária e a jurisprudência atual do STJ sobre o crime de corrupção

- a) O crime de corrupção passiva é formal.
- b) Para a configuração do delito de corrupção ativa, a norma penal exige que o ato de ofício tenha sido efetivamente praticado.
- c) A corrupção pode ser classificada como antecedente, se a vantagem se destina à prática ou omissão futura do funcionário, ou subsequente, caso se refira a uma conduta já praticada. Pode, ainda, ser chamada de própria, se buscar a realização de um ato ilícito, indevida. De outra forma, se o ato é legítimo, a corrupção é denominada de imprópria.
- d) No caso da corrupção passiva, o tipo penal não exige a comprovação de que a vantagem indevida solicitada, recebida ou aceita pelo funcionário público esteja causalmente vinculada à prática, omissão ou retardamento de "ato de ofício".
- e) Não se exige, para a punição do agente corrupto, a bilateralidade da corrupção ativa e da corrupção passiva.

18. Analise os itens a seguir, que tratam dos crimes contra a fé pública:

I – O ato preparatório do crime de moeda falsa é atípico, considerando que essa fase do *iter criminis* não está sujeito a punição.

II- Incorre no crime de falsidade ideológica, previsto no artigo 299 do CP, quem insere ou faz inserir, na Carteira de Trabalho e Previdência Social do empregado ou em documento que deva produzir efeito perante a previdência social, declaração falsa ou diversa da que deveria ter sido escrita

III – Pratica o crime de falsificação de documento público aquele que falsifica, no todo ou em parte, testamento particular verdadeiro ou o altera.

Neste caso, está(ão) correto(s) o(s) item(ns):

- a) I e II.
- b) II e III.
- c) I.
- d) II.
- e) III.

19. Sérgio estava aguardando atendimento no INSS, quando chegou uma pessoa idosa. Então, o funcionário lhe informou que o idoso seria atendido antes, ao que ele protestou. O gerente da agência foi até o balcão e explicou que o atendimento deveria ser feito daquela forma e Sérgio começou a discutir. Por esse motivo, Sérgio sacou uma arma e disparou, mas, por não ter o treinamento e ser o seu primeiro disparo, atinge Lúcia, uma segurada que havia chegado antes dele e já estava sendo atendida.

Assinale a alternativa que traz a situação em que incorreu Sérgio e a consequência penal:

- a) Error in persona, responderá por homicídio doloso qualificado por motivo fútil.
- b) Error in persona, devendo a competência, segundo o STJ, ser da Justiça Comum Federal, considerando-se a vítima virtual.
- c) Aberratio ictus por erro no uso dos meios de execução, responderá por homicídio doloso qualificado pelo motivo fútil, em razão de ter como vítima virtual o Tabelião e sua motivação se relacionar com o mero inconformismo sobre o atendimento.
- d) Aberratio ictus por acidente, responderá por homicídio culposo, considerando não ter a intenção de atingir a Lúcia.
- e) Erro de tipo essencial, só podendo responder por culpa.

20. Segundo o Código Penal brasileiro, o resultado, de que depende a existência do crime, somente é imputável a quem lhe deu causa. Causa, por sua vez, é a ação ou omissão sem a qual o resultado não teria ocorrido. Considerando essas disposições, assinale a alternativa correta sobre a omissão penalmente relevante:

- a) Não é necessário que o agente tenha consciência da situação de perigo.
- b) A relevância da omissão se vincula ao dever jurídico de agir, a chamada posição de garante, independentemente de o agente poder ou não evitar o resultado, o que não lhe cumpre analisar.
- c) Enquanto os crimes omissivos impróprios dependem do resultado naturalístico para a sua consumação, é possível a consumação de crime omissivo próprio sem superveniência de referido resultado.
- d) A omissão gera, em relação ao resultado, uma relação de causalidade naturalística, pois a omissão integra a cadeia causal do resultado, conforme entendimento pacífico na doutrina.
- e) No crime comissivo por omissão, há um núcleo do tipo que traz um não fazer, uma conduta omissiva, como configuradora do delito.

21. Assinale a alternativa correta sobre os crimes contra a Administração Pública:

- a) Se o funcionário pratica, deixa de praticar ou retarda ato de ofício, com infração de dever funcional, cedendo a pedido ou influência de outrem, configura-se o crime de prevaricação.
- b) Retardar ou deixar de praticar, indevidamente, ato de ofício, ou praticá-lo contra disposição expressa de lei, para satisfazer interesse ou sentimento pessoal configura o delito de corrupção passiva privilegiada.
- c) Deixar o funcionário, por indulgência, de responsabilizar subordinado que cometeu infração no exercício do cargo ou, quando lhe falte competência, não levar o fato ao conhecimento da autoridade competente configura o crime de prevaricação.
- d) No caso de peculato culposo, a reparação do dano, se precede à sentença irrecorrível, extingue a punibilidade; se lhe é posterior, reduz de metade a pena imposta.

e) O crime de concussão, apesar de apresentar conduta mais grave, possui menor pena abstratamente cominada, no limite máximo, do que o crime de corrupção passiva.

22. A teoria do domínio do fato foi desenvolvida por vários autores, mas o seu desenvolvimento inicial costuma ser atribuído ao finalista Hans Welzel. Posteriormente, a teoria foi aperfeiçoada e ganhou mais cientificidade pelas mãos de Claus Roxin, obra que foi citada em alguns votos no Caso Mensalão, quando do seu julgamento pelo STF. Sobre o tema, assinale a alternativa incorreta:

- a) A teoria do domínio do fato não tem pretensão universalista, não tendo sido elaborada para sua aplicação a todos os delitos.
- b) O domínio da ação se refere à autoria imediata; o domínio da vontade se relaciona à autoria mediata e o domínio funcional do fato abrange a denominada coautoria.
- c) A teoria do domínio do fato é unificadora, ao equiparar autores a partícipes.
- d) Para Roxin, não há domínio da vontade, por meio dos aparatos organizados de poder, quando o gestor de determinada empresa, que se envolvem em corrupção de funcionários públicos para obtenção de contratos com a Administração Pública, dá ordens aos subordinados.
- e) A teoria não busca aumentar o âmbito de incriminação, mas apenas dar critérios mais claros para distinção entre autores e partícipes.

23. Assinale a alternativa correta sobre os crimes de contrabando e descaminho:

- a) Conforme entendimento atual do STJ, a consumação do crime de descaminho depende da constituição definitiva do crédito tributário.
- b) O agente que for flagrado com contrabando, utilizando-se de veículo automotor, poderá ter cassado o seu documento de habilitação, previsão não extensível ao descaminho.
- c) O crime de descaminho só é da competência da Justiça Federal quando demonstrada que a conduta do agente envolve transnacionalidade.
- d) Configura o crime de contrabando o indivíduo atravessar a fronteira, comprar combustível na Venezuela e trazer ao Brasil, não se aplicando, ao caso, o princípio da insignificância.
- e) Trazer colete à prova de balas do exterior, sem autorização, configura o crime de descaminho.

24. Os crimes contra a organização do trabalho estão mencionados na Constituição como de competência da Justiça Federal. O STF, entretanto, não relaciona esse dispositivo necessária e coincidentemente com o respectivo título do Código Penal. Sobre esses delitos, assinale a alternativa correta:

- a) Exercer atividade, de que está impedido por decisão administrativa, configura o crime de desobediência.
- b) Quem se apodera de documentos ou objetos pessoais do trabalhador, com o fim de retê-lo no local de trabalho comete o crime de frustração de direito assegurado em lei trabalhista, previsto no artigo 203 do CP.
- c) O delito de participar de abandono coletivo de trabalho, praticando violência contra pessoa ou contra coisa, previsto no artigo 200 do Código Penal, exige no mínimo dois empregados.
- d) O agente que obriga ou coage alguém a usar mercadorias de determinado estabelecimento, para impossibilitar o desligamento do serviço em virtude de dívida, comete o crime de redução a condição análoga a de escravo.
- e) Constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, a não celebrar contrato de trabalho não configura o crime do artigo 198 do CP, denominado de atentado contra a liberdade de contrato de trabalho e boicotagem violenta.

25. A punibilidade é considerada, pela doutrina majoritária, mero pressuposto de aplicação da pena. Sobre o tema, assinale a alternativa correta:

- a) A abolitio criminis é a causa de extinção da punibilidade que consiste na descriminalização da conduta, em decorrência da superveniência de lei que deixa de prever aquela conduta como infração penal. Extingue a pena, mas não os chamados efeitos penais secundários.
- b) No caso de retratação pelo autor do crime de falso testemunho, o partícipe também tem extinta sua punibilidade.
- c) Decadência é a causa de extinção da punibilidade que consiste na perda do direito de oferecer queixa crime ou de oferecer representação, em razão da inércia do titular durante determinado intervalo de tempo. Ocorre na ação penal privada exclusiva, na ação penal pública condicionada à representação e na ação penal privada subsidiária da pública, ensejando a extinção da punibilidade em todas as hipóteses.
- d) O perdão judicial é cabível apenas nas hipóteses previstas taxativamente em lei, consubstanciando direito público subjetivo do acusado, sendo denominado também de bagatela própria.
- e) O indulto extingue os efeitos penais primários (pretensão executória) e secundários, mas não atinge os efeitos extrapenais.

DIREITO PROCESSO PENAL

Leonardo Tavares

26. Assinale a alternativa que contém afirmação correta sobre a prisão preventiva nos termos das alterações promovidas pela Lei 13.964/2019.

- a) Uma vez decretada a prisão preventiva e, posteriormente, revogada em razão da cessação dos motivos que a ensejaram, não poderá o juiz decretá-la novamente antes do decurso do prazo de 90 (noventa dias).
- b) O juiz pode fundamentar a decisão que decreta a preventiva invocando precedente ou enunciado de súmula, desde que identifique os fundamentos determinantes e as razões que demonstrem que o caso sob julgamento se ajusta àqueles fundamentos.
- c) Não cabe a decretação de prisão preventiva para garantir execução de medida protetiva de urgência quando o crime envolver violência doméstica e familiar contra criança.
- d) Havendo dúvida acerca da identidade civil da pessoa, ou quando ela não fornecer elementos suficientes para esclarecê-la, caberá a decretação da preventiva que perdurará até eventual revogação pelo juízo, com expedição de alvará de soltura.
- e) A decisão que denega a prisão preventiva não precisa ser fundamentada, na medida em que faz prevalecer a prerrogativa de liberdade das pessoas.

27. Assinale a alternativa correta a respeito da competência no processo penal.

- a) Compete à Justiça Estadual processar e julgar crime de falso testemunho cometido no processo trabalhista.
- b) A conexão determina a reunião dos processos, mesmo que um deles já tenha sido julgado.
- c) A utilização de papel moeda grosseiramente falsificado configura, em tese, o crime de estelionato, de competência da Justiça Estadual.
- d) Compete ao foro do local da agência sacada processar e julgar o crime de estelionato praticado mediante cheque sem provisão de fundos.
- e) Compete à Justiça Federal o processamento e julgamento de contravenções penais praticadas em detrimento de bens, serviços ou interesses da União ou de suas entidades.

28. Assinale a alternativa correta.

- a) Não havendo perito oficial para realizar perícia no curso do inquérito policial, é suficiente que a autoridade policial nomeie uma pessoa idônea com nível superior completo, preferencialmente na área relacionada com a natureza do exame.
 - b) A restituição de coisas apreendidas durante a persecução penal, quando cabível, poderá ser ordenada apenas pelo juiz, mediante termo nos autos, desde que não exista dúvida quanto ao direito do reclamante.
 - c) O Superior Tribunal de Justiça flexibilizou o entendimento da Súmula 528 e estabeleceu que, no caso de remessa de drogas ao Brasil por via postal, com o conhecimento do endereço designado para a entrega, a competência para processamento e julgamento deve ser fixada no juízo do local de destino.
 - d) É possível a instauração de inquérito policial com base em denúncia anônima recebida pela autoridade policial, ainda que não seja possível a obtenção imediata de outros elementos de prova a respeito da infração.
 - e) A prisão temporária poderá ser decretada tanto no curso do inquérito policial quanto durante a fase de instrução do processo penal, na medida em que seja necessária para elucidação do caso.
- 29.** A respeito das medidas cautelares e prisão preventiva, assinale a alternativa correta.
- a) A contemporaneidade dos fatos não é requisito legal da prisão preventiva.
 - b) Poderá ser decretada quando houver prova da existência do crime e indício suficiente de autoria e de perigo gerado pelo estado de liberdade do imputado.
 - c) Poderá ser decretada como garantia da ordem econômica, nos crimes dolosos punidos com pena privativa de liberdade máxima superior a 3 (três) anos.
 - d) Poderá ser decretada pelo juiz, de ofício, no curso da ação penal.
 - e) No caso de descumprimento de qualquer das obrigações impostas a título de medida cautelar pode o juiz, de ofício, substituir a medida ou, ainda, impor outra em cumulação.

30. De acordo com o Código de Processo Penal, a respeito dos recursos, é correto afirmar:

- a) se o juiz, desde logo, reconhecer a impropriedade do recurso interposto pela parte, necessariamente mandará adequá-lo de acordo com o rito do recurso cabível.
- b) deverá ser interposto recurso de ofício, pelo juiz, da sentença que conceder ou *negar habeas corpus*, ou que absolver o réu com fundamento na existência de circunstância que exclua o crime ou isente o réu de pena.
- c) em regra, a apelação de sentença condenatória não terá efeito suspensivo.
- d) após a apresentação de contrarrazões ao recurso em sentido estrito, será o recurso concluso ao juiz, que, dentro de dois dias, reformará ou sustentará o seu despacho.
- e) o Ministério Público, demonstrando justa causa, poderá desistir de recurso que haja interposto.

31. Acerca das nulidades no processo penal, assinale a alternativa correta.

- a) Constitui nulidade absoluta a falta da intervenção do Ministério Público em todos os termos da ação por ele intentada e nos da intentada pela parte ofendida, quando se tratar de crime de ação pública.
- b) Todas as hipóteses de nulidade devem ser arguidas em tempo oportuno, fixado em lei, sob pena de preclusão.
- c) As nulidades verificadas após a decisão de primeira instância devem ser arguidas nas razões de recurso ou logo depois de anunciado o julgamento do recurso e apregoadas as partes.
- d) A nulidade de um ato, uma vez declarada, causará a dos atos que dele diretamente dependam ou sejam consequência, sendo, portanto, despicienda declaração nesse sentido.
- e) Segundo entendimento uníssono dos tribunais superiores, não se exige prejuízo para a declaração de nulidades absolutas.

32. Em relação aos recursos, assinale a alternativa incorreta.

- a) É cabível recurso em sentido estrito para impugnar decisão que indefere produção antecipada de prova, nas hipóteses do art. 366 do CPP.
- b) Cabe recurso em sentido estrito contra a decisão que recusar homologação à proposta de acordo de não persecução penal.
- c) O recurso cabível contra a sentença de impronúncia é a apelação.
- d) A apelação da sentença absolutória não impedirá que o réu seja posto imediatamente em liberdade.
- e) Após apresentação das razões do recurso em sentido estrito, será aberta vista ao recorrido. Se o recorrido for o réu, será intimado do prazo pessoalmente.

33. De acordo com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, a competência em razão de 'foro privilegiado' somente se aplica aos crimes cometidos durante o exercício do cargo e relativos às funções desempenhadas. Sobre o tema, é correto afirmar:

- a) No caso de crime de lesão corporal cometido por deputado federal em âmbito doméstico e familiar contra a mulher, será competente para processamento e julgamento o Supremo Tribunal Federal.
- b) Somente serão julgados perante o Supremo Tribunal Federal parlamentares federais cuja prática do crime ocorreu posteriormente à diplomação e na constância do mandato.
- c) No caso de competência por prerrogativa de função, somente existirá segundo grau de jurisdição quando o agente for julgado perante o Tribunal de Justiça.
- d) Se um juiz de direito do Estado do Paraná pratica um crime comum em São Paulo/SP, será competente para processar e julgar esse delito o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.
- e) O foro por prerrogativa de função previsto na Constituição Federal não prevalece sobre a competência do Tribunal do Júri.

34. O juiz, ao proferir sentença condenatória:

- a) não poderá reconhecer agravantes não alegadas pelo Ministério Público.
- b) fixará valor mínimo e máximo para reparação dos danos causados pela infração, considerando os prejuízos sofridos pelo ofendido.
- c) mandará colocar o réu em liberdade.
- d) ordenará a cessação das medidas cautelares e provisoriamente aplicadas.
- e) mencionará as circunstâncias judiciais apuradas que devam ser levadas em conta na aplicação da pena.

DIREITO ECONÔMICO

Vanessa Arns

35. Sobre o Direito Concorrencial, assinale a afirmativa incorreta.

- a) O Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência é formado pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE e pela Secretaria de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda, com as atribuições previstas nesta Lei.
- b) O Cade é constituído por Tribunal Administrativo de Defesa Econômica Superintendência-Geral; e Departamento de Estudos Econômicos.
- c) O Tribunal Administrativo, órgão judicante, tem como membros um Presidente e seis Conselheiros escolhidos dentre cidadãos com mais de 30 (trinta) anos de idade, de notório saber jurídico ou econômico e reputação ilibada, nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovados pelo Senado Federal.
- d) Funcionará junto ao Cade Procuradoria Federal Especializada.
- e) A Lei 12.529/11 se aplica às pessoas físicas ou jurídicas de direito público ou privado, bem como a quaisquer associações de entidades ou pessoas, constituídas de fato ou de direito, ainda que temporariamente, com ou sem personalidade jurídica, com exceção das que exerçam atividade sob regime de monopólio legal.

36. São princípios explícitos que norteiam a Lei de Liberdade Econômica, n. 13874/2019, exceto:

- a) a liberdade como uma garantia no exercício de atividades econômicas.
- b) a boa-fé do particular perante o poder público.
- c) a intervenção subsidiária e excepcional do Estado sobre o exercício de atividades econômicas.
- d) o reconhecimento da vulnerabilidade do particular perante o Estado.
- e) A Liberdade de Concorrência entre empresas do mesmo setor.

37. É dever da administração pública e das demais entidades, no exercício de regulamentação de norma pública pertencente à legislação sobre a qual a Lei 13.874/2019 versa, exceto se em estrito cumprimento a previsão explícita em lei, evitar o abuso do poder regulatório de maneira a, indevidamente:

- a) criar reserva de mercado ao favorecer, na regulação, grupo econômico, ou profissional, em prejuízo dos demais concorrentes.
- b) redigir enunciados que impeçam a entrada de novos competidores nacionais ou estrangeiros no mercado.
- c) exigir especificação técnica que não seja necessária para atingir o fim desejado.
- d) redigir enunciados que impeçam ou retardem a inovação e a adoção de novas tecnologias, processos ou modelos de negócios, ressalvadas as situações consideradas em regulamento como de alto risco.
- e) facilitar a formação de sociedades empresariais ou de atividades econômicas;

DIREITO DO CONSUMIDOR

Igor Maciel

38. De acordo com a jurisprudência dos Tribunais Superiores, acerca das relações consumeristas nos contratos de transportes aéreos internacionais, analise os itens:

I. A condenação por danos a mercadoria ou carga em transporte aéreo internacional está sujeita aos limites previstos nas convenções e tratados internacionais, sendo inaplicável o Código de Defesa do Consumidor - CDC.

II. Nos termos do art. 178 da Constituição da República, as normas e os tratados internacionais limitadores da responsabilidade das transportadoras aéreas de passageiros, especialmente as Convenções de Varsóvia e Montreal, têm prevalência em relação ao Código de Defesa do Consumidor.

III. As indenizações por danos materiais decorrentes de extravio de bagagem e de atraso de voo internacional não estão submetidas à tarifação prevista na Convenção de Montreal, devendo-se observar, nesses casos, a efetiva reparação do consumidor preceituada pelo CDC.

IV. É inadmissível a limitação, por legislação internacional especial, do direito do passageiro à indenização por danos materiais decorrentes de extravio de bagagem.

Está correto o que se afirma apenas em:

- a) I e II.
- b) I e III.
- c) II e III.
- d) II e IV.
- e) I e IV.

39. Valeriano, um senhor de 80 anos, é correntista do Banco “Money” e celebrou dois contratos de mútuo com o banco, pelos quais foi fixado que as prestações seriam descontadas diretamente de sua conta bancária. Porém, todos os meses Valeriano recebe uma única renda nessa conta bancária: o benefício de amparo assistencial (BPC), previsto no art. 20 da Lei nº 8.742/93. Em virtude dos descontos efetuados para pagamento do mútuo, Valeriano somente está recebendo 50% do valor do seu benefício. Diante dessa situação, é correto afirmar:

- a) É ilícito o desconto em conta-corrente bancária comum, ainda que usada para recebimento de salário, das prestações de contrato de empréstimo bancário livremente pactuado, sem que o correntista, posteriormente, tenha revogado a ordem.
- b) É lícito o desconto em conta-corrente bancária comum das prestações de contrato de empréstimo bancário livremente pactuado, sem que o correntista, posteriormente, tenha revogado a ordem, salvo se usada para recebimento de salário, o qual constitui verba de natureza alimentícia.
- c) É possível a limitação dos descontos em conta bancária de recebimento do Benefício de Prestação Continuada, de modo a não privar o idoso de grande parcela do benefício destinado à satisfação do mínimo existencial.
- d) Pelo princípio da força obrigatória dos contratos, aplicável às relações civis e consumeristas, não é possível a limitação dos descontos fixados em contrato em conta bancária de recebimento do Benefício de Prestação Continuada.
- e) A limitação dos descontos em conta bancária de recebimento do Benefício de Prestação Continuada por simples fundamento na preservação do mínimo existencial não encontra amparo no Código de Defesa do Consumidor.

40. Segundo o disposto no Código de Defesa do Consumidor e o entendimento jurisprudencial dominante, sobre a defesa do consumidor em juízo, é correto afirmar:

- a) A mera invocação de legislação municipal que estabelece tempo máximo de espera em fila de banco não é suficiente para ensejar o direito à indenização por danos morais coletivos.
- b) A ação de responsabilidade civil do fornecedor de produtos e serviços deve ser proposta sempre no domicílio do réu, aplicando subsidiariamente as regras do Código de Processo Civil de 2015.
- c) O Ministério Público tem legitimidade exclusiva para propor ação visando compelir o Poder Público competente a proibir, em todo o território nacional, a produção, divulgação distribuição ou venda, ou a determinar a alteração na composição, estrutura, fórmula ou acondicionamento de produto, cujo uso ou consumo regular se revele nocivo ou perigoso à saúde pública e à incolumidade pessoal.
- d) A isenção de custas e emolumentos judiciais prevista no Código de Defesa do Consumidor para as ações coletivas visa a facilitar a defesa dos direitos dos consumidores, sendo aplicável às ações propostas por sindicato em defesa dos sindicalizados.
- e) O réu que houver contratado seguro de responsabilidade não poderá chamar ao processo o segurador, ressalvada a integração do contraditório pelo Instituto de Resseguros do Brasil. Nesta hipótese, a sentença que julgar procedente o pedido condenará o réu nos termos do Código de Processo Civil. Se o réu houver sido declarado falido, o síndico será intimado a informar a existência de seguro de responsabilidade, facultando-se, em caso afirmativo, o ajuizamento de ação de indenização diretamente contra o segurador, vedada a denúncia da lide ao Instituto de Resseguros do Brasil e dispensado o litisconsórcio obrigatório com este.

DIREITO CIVIL

Paulo Sousa

41. Para qualificar os bens e regular as relações a eles concernentes, aplicar-se-á a lei do país em que:

- a) se constituírem;
- b) em regra, estiver domiciliado o seu proprietário;
- c) estiver domiciliado o seu proprietário, quando se tratar de penhor;
- d) em que estiverem situados;
- e) for firmado o contrato, no caso de compra e venda.

42. O exercício incontestado e contínuo de uma servidão aparente, por dez anos, autoriza o interessado a registrá-la em seu nome no Registro de Imóveis, valendo-lhe como título a sentença que julgar consumado a usucapião. Em relação a esse instituto, é correto afirmar que:

- a) a inexistência de título pelo possuidor não impacta no prazo de dez anos indicado no enunciado;
- b) o dono do prédio serviente poderá embaraçar o exercício legítimo da servidão;
- c) a servidão, uma vez registrada, só se extingue, com respeito a terceiros, quando cancelada, inclusive nas desapropriações;
- d) a abertura de nova via é apta a negar reintegração de servidão de passagem extinta;
- e) também se extingue a servidão, ficando ao dono do prédio serviente a faculdade de fazê-la cancelar, mediante a prova da extinção, pelo não uso, durante cinco anos contínuos.

43. Conforme o entendimento do Superior Tribunal de Justiça sobre a responsabilidade civil, é correto afirmar que:

- a) o ato de vandalismo que resulta no rompimento de cabos elétricos de vagão de trem exclui a responsabilidade da concessionária/transportadora, pois configura ato exclusivo de terceiro;
- b) o Estado responde de forma objetiva quando a situação envolver atividade naturalmente perigosa, sendo irrelevante o fato de a conduta ser comissiva ou omissiva;
- c) pela morte de paciente em atendimento custeado pelo SUS incidirá o prazo prescricional de três anos para ser requerida a indenização;
- d) a operadora de plano de saúde tem responsabilidade solidária por defeito na prestação de serviço médico em qualquer hipótese;
- e) a culpa exclusiva de terceiro não possibilita o afastamento, em qualquer caso, da responsabilidade objetiva.

44. Após a abertura da sucessão definitiva, caso o ausente não retorne e nenhum interessado promova a sucessão definitiva, os bens arrecadados passarão ao domínio do Município quando passados:

- a) oito anos;
- b) cinco anos;
- c) dez anos;
- d) três anos;
- e) vinte anos.

45. Segundo o que dispõe o Código Civil de 2002 sobre as pessoas jurídicas é correto afirmar que:

- a) A mera expansão ou a alteração da finalidade original da atividade econômica específica da pessoa jurídica é suficiente para caracterizar desvio de finalidade.
- b) Se a pessoa jurídica tiver administração coletiva, é vedada a tomada de decisões por meio de votação, devendo ser em regra, convocada assembleia geral, para deliberação.
- c) A autonomia patrimonial das pessoas jurídicas é um instrumento ilícito, uma vez que obsta a

desconsideração da personalidade jurídica no caso de fraude contra credores.

- d) Decai em três anos o direito de anular as decisões tomadas pela administração coletiva, quando violarem a lei ou estatuto, ou forem eivadas de erro, dolo, simulação ou fraude.
- e) A mera existência de grupo econômico é motivo suficiente para que haja a desconsideração da personalidade da pessoa jurídica, dada a ilicitude de sua formação.

46. Cláudio, natural de Porto Velho/RO, foi nomeado juiz substituto na comarca do Rio de Janeiro/RJ. Porém, ao longo de sua carreira, adquiriu uma casa na Praia Grande/SP e em Balneário Camboriú/SC, onde passa os finais de semana com sua família, esporadicamente. Com base nestes fatos e de acordo com o Código Civil de 2002 é correto afirmar que:

- a) Cláudio tem domicílio na cidade onde nasceu, Porto Velho/RO, uma vez que foi onde estabeleceu residência com ânimo definitivo durante a maior parte de sua vida.
- b) Cláudio tem domicílio na cidade do Rio de Janeiro/RJ, pois trata-se da cidade onde exerce sua função.
- c) Cláudio tem domicílio na cidade de Praia Grande/SP e Balneário Camboriú/SC, pois são os locais onde reside com ânimo definitivo, conjuntamente com sua família.
- d) Cláudio tem domicílio em Porto Velho/RO e no Rio de Janeiro/RJ, pois são os locais onde exerce residência com ânimo definitivo e sua profissão respectivamente.
- e) Cláudio tem domicílio em todos os locais onde possui residência com ânimo definitivo, ou seja, em Porto Velho/RO, Rio de Janeiro/RJ, Praia Grande/SP e em Balneário Camboriú/SC.

47. André é colecionador de moedas raras e possui certificado de perito em análise de itens colecionáveis. Em razão de dificuldades financeiras, resolveu vender algumas moedas cujo valor total somava R\$15.000,00. Adamastor, querendo tornar-se colecionador, buscou por André para adquirir sua primeira coleção. Diante da inexperiência de Adamastor, André lhe ofereceu a coleção que estava à venda por R\$ 50.000,00. Acreditando ser o valor de mercado dos itens, Adamastor os comprou. Diante do exposto e de acordo com o Código Civil de 2002, assinale a alternativa correta:

- a) As moedas da coleção são consideradas bens fungíveis e a prática de André caracteriza lesão.
- b) As moedas da coleção são consideradas bens consumíveis e a prática de André caracteriza coação.
- c) As moedas da coleção são consideradas bens singulares e a prática de André caracteriza lesão.
- d) As moedas da coleção são consideradas bens coletivos e a prática de André caracteriza coação.
- e) As moedas da coleção são consideradas bens infungíveis e a prática de André caracteriza lesão.

48. Júnior, casado e pai de três filhos, é proprietário de um imóvel situado em um bairro relativamente afastado da escola onde seus filhos estudam. Com o intuito de residir mais próximo da escola dos filhos, Júnior locou sua casa para Ana. O valor do aluguel era revertido para a subsistência de Júnior e sua família, que passaram a morar em uma casa alugada. Em razão de uma dívida com o banco B&C, foi requerida a penhora da casa de Júnior. Diante dos fatos e de acordo com o entendimento do STJ:

- a) A penhora é válida, uma vez que a casa é objeto de contrato de locação, não se considerando, portanto, bem de família.
- b) A penhora é válida, pois Júnior e sua família residem em outro imóvel e utilizam a casa de sua propriedade como fonte de renda, logo não está caracterizado o bem de família.
- c) A penhora somente será válida se o banco B&C comprovar que Júnior auferiu lucros com o aluguel da casa, fator que descaracteriza o imóvel como bem de família.
- d) A penhora não é válida, uma vez que os valores auferidos com o aluguel são revertidos para a

subsistência de Júnior e sua família, preservando assim, o status de bem de família.

- e) A penhora não será válida independentemente de o imóvel considerar-se bem de família ou não, uma vez que à Ana é reservado o direito de preferência sobre o mesmo.

49. Segundo o que dispõe o Código Civil sobre o casamento, assinale a alternativa correta:

- a) A habilitação para o casamento, o registro e a primeira certidão serão isentos de selos, emolumentos e custas, para qualquer pessoa, sob as penas da lei.
- b) O casamento do menor de dezesseis anos cujos pais não concordam é nulo.
- c) O casamento do menor que ainda não atingiu idade núbil é vedado em qualquer hipótese.
- d) Durante o ato do casamento, quando este ocorrer em edifício particular, é facultado às partes manter as portas abertas ou fechadas.
- e) No caso de moléstia grave de um dos nubentes, o presidente do ato irá celebrá-lo onde se encontrar o impedido, sendo dispensada, portanto,, a presença de testemunhas.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Rodrigo Vaslin

50. Marque a alternativa que reproduz corretamente o entendimento dos tribunais superiores sobre competência:

- a) Compete à Justiça estadual julgar insolvência civil mesmo que envolva a participação da União, de entidade autárquica ou empresa pública federal.
- b) A competência prevista no § 3º do art. 109 da Constituição Federal, da Justiça comum, não pressupõe inexistência de Vara Federal na Comarca do domicílio do segurado.
- c) A competência para julgar ações contra CNJ e CNMP será atribuída ao STF ou à justiça federal de 1ª instância, a depender da matéria discutida.
- d) Compete ao STJ julgar ação proposta por Estado contra União versando sobre imunidade tributária recíproca.
- e) O autor não pode optar pelo ajuizamento da ação contra a União na capital do Estado-membro caso exista Vara Federal instalada no município do interior em que ele for domiciliado.

51. A respeito da cooperação jurídica internacional, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) A cooperação jurídica internacional pode ter por objeto a colheita de provas e obtenção de informações.
- b) Cabe auxílio direto quando a medida decorrer diretamente de decisão de autoridade jurisdicional estrangeira a ser submetida a juízo de delibação no Brasil.
- c) Na ausência de tratado, a cooperação jurídica internacional poderá realizar-se com base em reciprocidade, manifestada por via diplomática. Contudo, não se exigirá reciprocidade para homologação de sentença estrangeira.
- d) O procedimento da carta rogatória perante o Superior Tribunal de Justiça é de jurisdição contenciosa e deve assegurar às partes as garantias do devido processo legal.
- e) Considera-se autêntico o documento que instruir pedido de cooperação jurídica internacional, inclusive tradução para a língua portuguesa, quando encaminhado ao Estado brasileiro por meio de autoridade central ou por via diplomática,

dispensando-se ajuramentação, autenticação ou qualquer procedimento de legalização.

52. Assinale a alternativa incorreta:

- a) A legitimidade ad causam é a aptidão para conduzir validamente um processo em que se discute determinada relação jurídica.
- b) O legitimado extraordinário é parte no processo.
- c) A falta de legitimidade extraordinária leva a uma decisão com resolução de mérito.
- d) Havendo substituição processual, e sendo possível identificar o substituto, o juiz deve determinar a intimação deste último para, querendo, integrar o processo.
- e) Se o autor for substituto processual, o reconvinte deverá afirmar ser titular de direito em face do substituído, e a reconvenção deverá ser proposta em face do autor, também na qualidade de substituto processual.

53. Sobre a intervenção de terceiros, marque a alternativa incorreta:

- a) Pode-se destacar os seguintes fundamentos para a intervenção de terceiros no processo: eficiência, duração razoável do processo, concretização do contraditório, bem como a possibilidade de incluir o terceiro nos efeitos da coisa julgada.
- b) As pessoas jurídicas de direito público poderão, nas causas cuja decisão possa ter reflexos, ainda que indiretos, de natureza econômica, intervir, independentemente da demonstração de interesse jurídico, para esclarecer questões de fato e de direito, podendo juntar documentos e memoriais reputados úteis ao exame da matéria e, se for o caso, recorrer, hipótese em que, para fins de deslocamento de competência, serão consideradas partes.
- c) Nos Juizados Especiais, não se admite nenhuma intervenção de terceiros.
- d) No mandado de segurança, admite-se litisconsórcio, mas é vedada a intervenção de terceiros.
- e) Na assistência simples, o terceiro tem relação jurídica com uma das partes (assistido), distinta da discutida no processo.

54. Assinale a alternativa correta:

- a) A multa do art. 77, § 2º, do CPC/2015, relacionada aos atos atentatórios à dignidade da justiça, não se aplica aos juízes, devendo os atos atentatórios por eles praticados ser investigados nos termos da Lei Orgânica da Magistratura.
- b) O não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da parte contrária.
- c) Considera-se litigância de má-fé a conduta comissiva ou omissiva do executado que se opõe maliciosamente à execução, empregando ardis e meios artificiosos.
- d) Nos casos de ato atentatório à dignidade da justiça ocorrido no processo de execução, o juiz fixará multa em montante não superior a dois por cento do valor atualizado do débito em execução, a qual será revertida em proveito da União ou Estado.

e) Quando o valor da causa for irrisório ou inestimável, a multa para o ato atentatório à dignidade da justiça poderá ser fixada em até 20 (vinte) vezes o valor do salário-mínimo.

55. Sobre as Provas no Processo Civil, é correto afirmar que:

- a) A produção antecipada da prova deverá ser ajuizada no juízo competente para o julgamento da causa principal.
- b) A confissão judicial faz prova contra o confitente e pode prejudicar os litisconsortes.
- c) A distribuição dinâmica do ônus da prova pode ocorrer por convenção das partes, desde que antes do processo.
- d) É lícito às partes, em qualquer tempo, juntar aos autos documentos novos, quando destinados a fazer prova de fatos ocorridos depois dos articulados ou para contrapor-los aos que foram produzidos nos autos.
- e) Sempre que uma das partes requerer a juntada de documento aos autos, o juiz ouvirá, a seu respeito, a outra parte, que disporá do prazo de 5 (cinco) para falar sobre o documento constante nos autos.

56. Sobre o cumprimento de sentença estrangeira, identifique como verdadeiras (V) ou falsas (F) as seguintes afirmativas:

- () A decisão interlocutória estrangeira não poderá ser executada no Brasil.
- () A decisão estrangeira somente terá eficácia no Brasil após a homologação de sentença estrangeira ou a concessão do exequatur às cartas rogatórias.
- () É passível de homologação a decisão judicial definitiva, bem como a decisão não judicial que, pela lei brasileira, teria natureza jurisdicional.
- () A homologação de sentenças estrangeiras e a concessão de exequatur às cartas rogatórias é de competência derivada do Superior Tribunal de Justiça.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta, de cima para baixo.

- a) V – V – F – V.
- b) F – F – V – V.
- c) V – F – V – F.
- d) F – V – F – V.
- e) F – V – V – F.

57. Sobre a ação rescisória, assinale a alternativa correta:

- a) Sentença transitada em julgado que tenha sido baseada em transação inválida poderá ser rescindida se o vício for verificado mediante simples exame dos documentos dos autos.
- b) É cabível o manejo da rescisória se a decisão de mérito, transitada em julgado, houver sido proferida por juiz impedido ou suspeito.
- c) Não é possível a rescisão de decisão transitada em julgado que não tenha decidido o mérito da demanda.
- d) O autor deverá depositar a importância de dois por cento sobre o valor da causa, que se converterá em multa caso a ação seja, por unanimidade de votos, declarada inadmissível ou improcedente.
- e) O Ministério Público tem legitimidade para propor a ação, se não foi ouvido no processo em que lhe era obrigatória a intervenção.

58. Considerando o entendimento dos Tribunais Superiores a respeito dos recursos, pode-se corretamente afirmar:

- a) Configura erro grosseiro que impede a aplicação do princípio da fungibilidade a interposição de agravo em recurso extraordinário quando cabível agravo interno contra a decisão que nega seguimento ao recurso extraordinário observando a sistemática da repercussão geral.
- b) Não comprovação da divergência constitui vício que permite a complementação da fundamentação prevista no parágrafo único do art. 932 do CPC/2015.
- c) Não é possível a conversão do embargos de declaração em agravo interno, ainda quando houver nítido pleito de reforma do julgamento.
- d) Em nenhuma hipótese consideram-se prequestionados os fundamentos adotados nas razões de apelação e desprezados no julgamento do respectivo recurso.
- e) O pronunciamento judicial que intima o advogado para que o devedor cumpra obrigação de fazer, sob pena de multa, não pode ser impugnado por meio de recurso.

DIREITO EMPRESARIAL

Alessandro Sanchez

59. Sobre os seguintes contratos empresariais, é correto afirmar que

- a) A entrega judicial forçada dos bens integrantes de contrato de comissão mercantil, ainda que estejam assinados por duas testemunhas não comporta ação executiva, em vista de sua iliquidez.
- b) O agenciado não pode cumular a função de distribuidor nos contratos de agência regidos pelo código civil.
- c) nas locações em shopping centers, o locador pode recusar a renovação se o imóvel vier a ser utilizado por ele.
- d) a cláusula “*del credere*” é típica dos contratos de comissão mercantil.
- e) nenhuma das anteriores.

60. De acordo com a atual redação da Lei n.º 11.101/2005, o pedido de recuperação judicial, com base em plano especial para microempresas e empresas de pequeno porte,

- a) é obrigatório para as microempresas e facultativo para as empresas de pequeno porte.
- b) é obrigatório para o produtor rural, desde que esteja em dia com a declaração de informações fiscais de pessoa jurídica (DIPJ).
- c) abrange as empresas em formação, cujos atos constitutivos não tenham sido levados a registro no órgão competente.
- d) abrangerá todos os créditos existentes na data do pedido, ainda que não vencidos, em regra.
- e) abrangerá apenas os créditos quirografários.

61. O contrato em que uma pessoa assume, em caráter não eventual e sem vínculos de dependência, a obrigação de promover, à conta de outra, mediante retribuição, a realização de certos negócios, em zona determinada. Considerando-se essa situação hipotética, é correto afirmar que esse contrato é um

- a) Mútuo mercantil
 - b) Comissão mercantil
 - c) Agência
 - d) Concessão
 - e) Fidúcia mercantil
-

62. Com relação a consórcios, a Lei das Sociedades Anônimas dispõe que

- a) o consórcio não tem personalidade jurídica.
- b) o consórcio assume personalidade jurídica nas mesmas condições que o grupo de sociedades.
- c) a falência de uma consorciada é motivo de extinção do consórcio.
- d) o consórcio será constituído por estatuto social, tanto quanto o grupo de sociedades.
- e) nenhuma das anteriores.

63. O endosso e aval são atos típicos dos títulos de crédito, dentre eles a Letra de Câmbio. A respeito dos atos cambiários, prevê o Anexo I do Decreto 57.663/66:

- a) É admitido o endosso parcial.
- b) O endossante poderá inserir cláusula que subordine o endosso ao cumprimento de uma condição.
- c) O aval não admite a forma parcial.
- d) O endosso posterior ao vencimento produz os mesmos efeitos que o anterior.
- e) O aval posterior ao vencimento é considerado tardio.

DIREITO FINANCEIRO E TRIBUTÁRIO

Rogério Cunha

64. Sobre a jurisprudência predominante nos tribunais superiores assinale a alternativa correta:

- a) Não incide imposto de renda sobre o resultado positivo das aplicações financeiras realizadas pelas cooperativas, por caracterizarem 'ato cooperativos típicos'.
- b) A aquisição de bens integrantes do ativo permanente da empresa gera direito a creditamento de IPI.
- c) Não incide IPTU, mas ITR, sobre imóvel localizado na área urbana do Município, desde que comprovadamente utilizado em exploração extrativa, vegetal, agrícola, pecuária ou agroindustrial (art. 15 do DL 57/1966)
- d) Os produtos importados não estão sujeitos a uma nova incidência do IPI quando de sua saída do

estabelecimento importador na operação de revenda, quando não tenham sofrido industrialização no Brasil.

- e) Incide imposto de renda sobre as indenizações de férias proporcionais e respectivo adicional.

65. Acerca do imposto sobre produtos industrializados, assinale a alternativa correta:

- a) o imposto poderá ser seletivo, em função da essencialidade do produto.
- b) o imposto será não-cumulativo, compensando-se o que for devido em cada operação com o montante cobrado nas anteriores.
- c) o imposto incidirá sobre produtos industrializados destinados ao exterior.
- d) está sujeito tanto a anterioridade comum como à qualificada (nonagesimal).
- e) Está sujeito à anterioridade comum, mas não à qualificada (nonagesimal).

66. Sobre o regime constitucional das imunidades assinale a opção incorreta:

- a) Os requisitos para o gozo de imunidade hão de estar previstos em lei complementar.
- b) Os serviços prestados pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT, em que a empresa não age em regime de monopólio, não estão abrangidos pela imunidade tributária recíproca.
- c) A imunidade da alínea d do inciso VI do artigo 150 da Constituição Federal alcança componentes eletrônicos destinados, exclusivamente, a integrar unidade didática com fascículos.
- d) A imunidade tributária subjetiva aplica-se a seus beneficiários na posição de contribuinte de direito, mas não na de simples contribuinte de fato, sendo irrelevante para a verificação da existência do beneplácito constitucional a repercussão econômica do tributo envolvido.
- e) A imunidade tributária prevista no art. 195, § 7º, da Constituição Federal abrange a contribuição para o PIS.

67. Sobre as contribuições especiais assinale a alternativa correta:

- a) A contribuição destinada ao Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - Sebrae possui natureza de contribuição de intervenção no domínio econômico e não necessita de edição de lei complementar para ser instituída.
- b) É constitucional a incidência da contribuição previdenciária a cargo do empregador sobre o salário maternidade.
- c) É incompatível com a constituição a incidência de contribuição social sobre o valor satisfeito a título de terço constitucional de férias.
- d) As vendas inadimplidas podem ser excluídas da base de cálculo da contribuição ao PIS e da COFINS, visto que não integram a receita da pessoa jurídica.
- e) A contribuição para o PIS não está sujeita ao princípio da anterioridade nonagesimal previsto no art. 195, § 6º, da Constituição Federal

68. Acerca da repartição das receitas tributárias assinale a alternativa correta:

- a) Pertencem aos Municípios 30% da arrecadação do ITR relativo aos imóveis nele situados.
- b) Pertencem aos Estados e Municípios o produto da arrecadação do IRPF retido na fonte sobre renda e proventos pagos por eles, suas autarquias e fundações.
- c) Pertencem aos municípios 30% da arrecadação do IPVA dos veículos licenciados em seu território.
- d) Pertencem aos Municípios 30% produto da arrecadação do ICMS sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação.
- e) Os municípios entregarão 20% da receita do IPTU aos estados.

69. Sobre os impostos de competência da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, assinale a alternativa incorreta:

- a) O imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza será informado pelos critérios da generalidade, da universalidade e da progressividade, na forma da lei.
- b) O imposto sobre operações de crédito, câmbio e seguro, ou relativas a títulos ou valores mobiliários será o imposto incidente sobre o ouro, quando definido em lei como ativo financeiro ou instrumento cambial.
- c) O imposto sobre a transmissão causa mortis e doação, de quaisquer bens ou direitos terá suas alíquotas mínimas fixadas pelo Senado Federal.
- d) O Imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana poderá ser progressivo em razão do valor do imóvel e ter alíquotas diferentes de acordo com a localização e o uso do imóvel.
- e) O imposto sobre a propriedade territorial rural não incidirá sobre pequenas glebas rurais, definidas em lei, quando as explore o proprietário que não possua outro imóvel

70. De acordo com o Código Tributário Nacional, assinale a opção que reflete somente causas de suspensão do crédito tributário:

- a) O pagamento, a transação e a conversão de depósito em renda.
- b) prescrição e a decadência.
- c) A moratória e as reclamações e os recursos, nos termos das leis reguladoras do processo tributário administrativo.
- d) A decisão judicial passada em julgado e a transação.
- e) A isenção e a anistia.

DIREITO ADMINISTRAÇÃO

Rodolfo Penna

71. Acerca dos Princípios da Administração Pública, responda

- a) O administrador público atenderá ao princípio da eficiência sempre que tomar sua decisão com foco exclusivamente no aspecto econômico.
- b) Por força do princípio da intranscendência subjetiva das sanções, irregularidades praticadas pelos Poderes Legislativo e Judiciário não impõem sanções ao Poder Executivo.
- c) O Poder Judiciário pode, fundamentando-se no princípio da isonomia, aumentar vencimentos de servidores públicos.
- d) O princípio da eficiência não serve como fundamento para a invalidação do ato administrativo.
- e) O princípio da consensualidade estabelece a atuação coercitiva e autoexecutória da Administração Pública em suas relações com os particulares.

72. Em relação à organização da Administração Pública, assinale a alternativa correta

- a) É inconstitucional a legislação estadual que determina que o regime jurídico celetista incide sobre as relações de trabalho estabelecidas no âmbito de fundações públicas, com personalidade jurídica de direito privado, destinadas à prestação de serviços de saúde.
- b) A criação de órgãos públicos é uma expressão da desconcentração, porém extravasa a competência do Chefe do Executivo para dispor, mediante decreto, sobre organização da Administração, sendo matéria de reserva de lei formal.
- c) A alienação do controle acionário de empresas públicas e sociedades de economia mista dispensa autorização legislativa e licitação.
- d) É inaplicável o regime dos precatórios às sociedades de economia mista prestadoras de serviço público próprio do Estado e de natureza não concorrencial.
- e) Nas hipóteses de descentralização, em que a União crie por lei autarquia vinculada a um ministério, haverá relação hierárquica entre o ente autárquico e o órgão ministerial, porém não o controle político.

73. A atuação da Administração Pública se dá sob diferentes formas, sendo o exercício do poder de polícia uma de suas expressões,

- a) presente na aplicação de sanções a particulares que contratam com a Administração ou com ela estabelecem qualquer vínculo jurídico, alçando a Administração a uma posição de supremacia em prol da consecução do interesse público.
- b) presente nas limitações administrativas às atividades do particular, tendo como principal atributo a imperatividade, que assegura a aplicação de medidas repressivas, independentemente de previsão legal expressa, a critério do agente público.
- c) dotada de exigibilidade, que confere meios indiretos para sua execução, como a aplicação de multas, e admitindo, quando previsto em lei ou para evitar danos irreparáveis ao interesse público, a autoexecutoriedade, com o uso de meios diretos de coação.
- d) cujos atos praticados no seu exercício não são autoexecutórios, daí a necessidade de o poder público recorrer ao Poder Judiciário para, por exemplo, demolir uma edificação irregular.
- e) não pode ter a fase da aplicação de sanções delegadas a pessoas jurídicas de direito privado, ainda que integrantes da Administração Pública indireta.

74. Em relação aos atos administrativos, assinale a alternativa correta

- a) O Poder Judiciário poderá revogar atos administrativos, ao realizar o controle dos atos administrativos discricionários.
- b) A autoexecutoriedade dos atos administrativos é caracterizada pela possibilidade de a administração pública anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornem ilegais, sem necessidade de controle judicial.
- c) Anulação é modalidade de extinção do ato administrativo por motivo de oportunidade ou conveniência, ao passo que revogação é a extinção por ilegalidade do ato.
- d) São atributos dos atos administrativos a presunção de legitimidade, a imperatividade e a autoexecutoriedade.
- e) Motivação e motivo são juridicamente equivalentes.

Manutenção – Magistratura Federal – 04/12/2021

75. Nos termos da Lei 14.133/2021, nova Lei de Licitações e Contratos, é correto afirmar:

- a) No diálogo competitivo, o licitante que apresentou a solução escolhida pela Administração Pública, terá vantagem na fase competitiva.
- b) Os contratos poderão ser alterados, unilateralmente pela Administração, quando conveniente a substituição da garantia de execução.
- c) O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano, vedada a prorrogação.
- d) A extinção do contrato não configurará óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.
- e) O julgamento por maior retorno econômico é utilizado exclusivamente para a celebração de contrato de exclusividade.

76. No que se refere aos serviços públicos e sua concessão, assinale a alternativa correta.

- a) É ilegal prever remuneração variável pelo parceiro público ao parceiro privado vinculada ao seu desempenho.
- b) Em qualquer modalidade de PPP, haverá uma contraprestação pecuniária do parceiro público ao parceiro privado.
- c) Os estudos de engenharia para a definição do valor do investimento da PPP deverão ter nível de detalhamento de projeto executivo.
- d) O Fundo Garantidor de Parcerias possui natureza pública, patrimônio separado dos cotistas e deve ser administrado por instituição financeira controlada pela União.
- e) Antes da celebração do contrato, deverá ser constituída sociedade de propósito específico, vedada a aquisição da maioria do seu capital votante pelo ente contratante ou por instituição financeira controlada pelo Poder Público, em qualquer caso.

77. Sobre os Agentes Públicos, assinale a alternativa correta

- a) Se os servidores estatutários de uma autarquia ambiental deflagrarem greve e pararem de trabalhar, a administração pública poderá agir discricionariamente para escolher se desconta da remuneração dos servidores os dias parados.
- b) Deve haver a remarcação do teste de aptidão física de candidata que esteja grávida à época de sua realização, independentemente da previsão expressa em edital do concurso público.
- c) Não viola o princípio da isonomia a remarcação de teste de aptidão física em virtude de impedimento de caráter pessoal relacionado ao candidato.
- d) O princípio da igualdade de gênero impede que o edital de concurso público preveja a participação apenas de concorrentes de determinado sexo.
- e) O servidor desligado da administração pública em caso de nulidade na contratação temporária faz jus à percepção da remuneração pelo período efetivamente trabalhado, mas não a verbas de natureza trabalhista, tais como FGTS, aviso prévio e seguro desemprego.

78. Acerca do regime jurídico disciplinar, assinale a alternativa correta

- a) A Administração tem discricionariedade para eleger entre duas ou mais penas legalmente previstas, e o Judiciário pode substituir por outra a pena aplicada, caso demonstrada a prática de abuso de poder ou desvio de finalidade.
- b) No PAD, a alteração da capitulação legal imputada ao acusado enseja nulidade.
- c) A independência das esferas administrativa e criminal não permite que a efetivação de penalidade de demissão imposta em sede administrativa ocorra anteriormente ao trânsito em julgado da ação penal.
- d) A portaria de instauração do processo administrativo disciplinar impede a exposição detalhada dos fatos a serem apurados.
- e) Demonstrado em juízo o abuso de poder ou o desvio de finalidade, a pena aplicada pela Administração não pode ser substituída, mas anulada por decisão judicial.

79. No que diz respeito aos bens da Administração Pública, assinale a alternativa correta.

- a) Os bens públicos dominicais estão sujeitos a usucapião.
- b) De acordo com o STJ, os registros de propriedade particular de imóveis situados em terrenos de marinha são oponíveis à União.
- c) A ocupação indevida de bem público configura mera detenção, reservado ao particular o direito à indenização pelas benfeitorias úteis e necessárias.
- d) Os bens integrantes do acervo patrimonial de sociedades de economia mista sujeitos a uma destinação pública equiparam-se a bens públicos, sendo, portanto, insuscetíveis de serem adquiridos por meio de usucapião.
- e) Os bens públicos de uso comum do povo podem ser alienados desde que observadas as exigências legais.

80. Com relação à desapropriação, assinale a alternativa correta

- a) A ação de desapropriação direta ou indireta, em regra, pressupõe automática intervenção do Ministério Público.
- b) Em ação de desapropriação, não é possível ao juiz determinar a realização de perícia avaliatória, quando os réus tenham concordado com o valor oferecido pelo Estado.
- c) A intervenção do Ministério Público nas ações de desapropriação de imóvel rural para fins de reforma agrária é obrigatória, porquanto presente o interesse público.
- d) Declarada a utilidade pública, o poder público deverá notificar o proprietário e apresentar-lhe oferta de indenização que conterà cópia do ato de declaração de utilidade pública, planta ou descrição dos bens e suas confrontações, valor da oferta e informação de que o prazo para aceitar ou rejeitar a oferta é de 15 (quinze) dias e de que o silêncio será considerado aceitação.
- e) Em âmbito federal, somente a União detém a competência para declarar um bem como de utilidade ou necessidade pública para fins de desapropriação.

DIREITO AMBIENTAL

Thiago Leite

81. Assinale a alternativa correta quanto ao instituto da concessão florestal.

- a) A concessão florestal será autorizada em ato do poder concedente e formalizada mediante ato administrativo.
- b) As licitações para concessão florestal serão realizadas na modalidade concorrência e outorgadas a título oneroso.
- c) É permitida a outorga, no âmbito da concessão florestal, do acesso ao patrimônio genético para fins de pesquisa e desenvolvimento, bioprospecção ou constituição de coleções.
- d) O processo de licenciamento ambiental para uso sustentável da unidade de manejo compreende a licença prévia, a licença de instalação e a licença de operação.
- e) A legislação admite a subconcessão na concessão florestal.

82. Assinale a alternativa correta quanto ao Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC.

- a) As unidades de conservação integrantes do SNUC dividem-se em três grupos, a saber: proteção integral, uso sustentável e uso restrito.
- b) O Monumento Natural pertence ao grupo de uso sustentável.
- c) A Área de Proteção Ambiental é constituída apenas por terras públicas.
- d) A Floresta Nacional pertence ao grupo de proteção integral.
- e) A Estação Ecológica é de posse e domínio públicos, sendo que as áreas particulares incluídas em seus limites serão desapropriadas.

83. Assinale a alternativa correta quanto ao Código Florestal.

- a) Considera-se área de preservação permanente as áreas no entorno dos reservatórios d'água artificiais, decorrentes de barramento ou represamento de cursos d'água naturais, na faixa definida na licença ambiental do empreendimento.
- b) A supressão de vegetação nativa protetora de nascentes, dunas e restingas somente poderá ser autorizada em caso de interesse social.
- c) Ante o princípio da proteção integral do meio ambiente, é vedado o acesso de pessoas e animais às Áreas de Preservação Permanente para obtenção de água.
- d) A área mínima de reserva legal em imóvel rural localizado fora da Amazônia Legal é de 25%.
- e) Será exigido Reserva Legal relativa às áreas adquiridas ou desapropriadas com o objetivo de implantação e ampliação de capacidade de rodovias e ferrovias.

84. Não é princípio aplicável aos serviços de saneamento básico.

- a) Eficiência e sustentabilidade econômica.
- b) Controle social.
- c) Integração das infraestruturas e dos serviços com a gestão eficiente dos recursos hídricos.
- d) Adoção de métodos, técnicas e processos que considerem as peculiaridades gerais de âmbito nacional.
- e) Universalização do acesso e efetiva prestação do serviço.

85. É o órgão superior do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA.

- a) Conselho de Defesa Nacional.
- b) FUNAI.
- c) Conselho de Governo.
- d) Ministério do Meio Ambiente.
- e) IBAMA.

86. Quanto à tutela do meio ambiente na Constituição Federal, assinale a alternativa correta.

- a) A Floresta Amazônica brasileira, a Mata Atlântica, a Serra do Mar, o Pantanal Mato-Grossense, a Caatinga e a Zona Costeira são patrimônio nacional, e sua utilização far-se-á, na forma da lei, dentro de condições que assegurem a preservação do meio ambiente, inclusive quanto ao uso dos recursos naturais.
- b) As usinas que operem com reator nuclear deverão ter sua localização definida em decreto federal, sem o que não poderão ser instaladas.
- c) É dever do poder público exigir, na forma da lei, para instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de qualquer degradação do meio ambiente, estudo prévio de impacto ambiental, a que se dará publicidade.
- d) É dever do poder público promover a educação ambiental exclusivamente nos ensinos fundamental e médio, e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente.
- e) A competência legislativa ambiental é concorrente entre União, Estados e DF.

87. Um particular, pretendendo evitar a responsabilidade penal por crime ambiental cometido por ele, ajuíza uma ação civil, com o pedido para obrigar o Ministério Público a assinar um termo de ajustamento de conduta ambiental. Esta ação civil:

- a) Poderá ou não ser julgada procedente, a depender do tipo de crime ambiental que se quer afastar.
- b) Deverá ser julgada improcedente, pois não há previsão legal do instituto do termo de ajustamento de conduta, sendo este uma construção doutrinária ainda pendente de regulamentação.
- c) Pode ser julgada procedente, haja vista que o particular tem o direito subjetivo à assinatura do TAC ambiental, mas este termo não é capaz de afastar a tipicidade penal.
- d) Pode ser julgada procedente, haja vista que o particular tem o direito subjetivo à assinatura do TAC ambiental, e este termo é capaz de afastar a tipicidade penal.
- e) Deverá ser julgada improcedente, pois o TAC, além de não afastar a tipicidade penal, só pode ser assinado em caso de acordo de ambas as partes.

88. Não é instrumento da Política Nacional do Meio Ambiente – PNMA.

- a) A garantia da prestação de informações relativas ao Meio Ambiente, obrigando-se o Poder Público a produzi-las, quando inexistentes.
- b) O Cadastro Técnico Federal de Atividades e Instrumento de Defesa Ambiental.
- c) A instituição do Relatório de Qualidade do Meio Ambiente, a ser divulgado semestralmente pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis – IBAMA.
- d) A avaliação de impactos ambientais.
- e) O estabelecimento de padrões de qualidade ambiental.

89. Segundo a lei de biossegurança (Lei nº 11.105/2005), não é vedado:

- a) clonagem humana.
- b) engenharia genética em célula germinal humana, zigoto humano e embrião humano.
- c) a utilização, a comercialização, o registro, o patenteamento e o licenciamento de tecnologias genéticas de restrição do uso.
- d) A utilização, para fins de pesquisa e terapia, de células-tronco embrionárias obtidas de embriões humanos produzidos por fertilização in vitro e não utilizados no respectivo procedimento, desde que preenchidos os requisitos legais.
- e) implementação de projeto relativo a OGM sem a manutenção de registro de seu acompanhamento individual.

90. Um navio que transportava combustível acabou explodindo ao atracar no porto de destino, causando mortes e um grande dano ambiental, prejudicando o ecossistema local. Pescadores locais ajuizaram ação de reparação civil em face dos proprietários do navio, e também em face das empresas que apenas adquiriram a carga da embarcação. Em relação a responsabilidade destes adquirentes marque a alternativa correta:

- a) A responsabilidade civil em matéria ambiental é subjetiva; portanto, os adquirentes só poderão ser responsabilizados caso fique comprovada sua culpa ou dolo.

b) A responsabilidade civil em matéria ambiental é objetiva e solidária, mas mesmo assim é exigível a demonstração do nexa causal entre os danos causados e a atuação dos adquirentes, o que afasta, no caso, a responsabilização civil destes.

c) A responsabilidade civil em matéria ambiental é objetiva, mas não é solidária, o que afasta a responsabilidade dos adquirentes da carga.

d) A responsabilidade administrativa ambiental é objetiva, independentemente da comprovação da culpa ou dolo.

e) a responsabilidade civil em matéria ambiental é objetiva e solidária; portanto, os adquirentes da carga devem ser obrigados a reparar os danos ambientais causados.

DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO E PRIVADO

Vanessa Arns

91. Sobre a matéria de internalização de tratados ao ordenamento nacional, assinale a opção correta:

a) O sistema de recepção de tratados internacionais previsto na Constituição Federal não acolhe o chamado princípio do efeito direto e imediato dos tratados ou convenções internacionais sobre Direitos Humanos.

b) A extradição solicitada por Estado estrangeiro para fins de cumprimento de pena somente poderá ser deferida depois de internalizado o tratado de extradição firmado entre o Brasil e o respectivo Estado estrangeiro.

c) Somente após ser aprovado em duplo turno de votação, nas duas casas do Congresso Nacional, seguido de publicação de Decreto Presidencial, poderá o Tratado Internacional adquirir validade no Direito brasileiro.

d) Tratado internacional que verse sobre matéria que a Constituição brasileira reserva ao domínio da Lei Complementar poderá ter aplicabilidade interna, bastando que no ato de internalização seja observado o quórum de maioria absoluta previsto no artigo 69 da Constituição.

e) Tratados que versem sobre concretização de Direitos Humanos no plano interno não podem ser objeto de denúncia pelo Estado Brasileiro, sob pena de violação ao postulado da proibição de retrocesso.

92. O terremoto que devastou a cidade de Porto Príncipe, em 2010, produziu um importante fluxo de imigração de haitianos para o Brasil, cujo ingresso e permanência, em nosso país, têm sido regularizados, via de regra, por meio

Alternativas

- a) da concessão de asilo territorial.
- b) do reconhecimento da condição de refugiado ambiental.
- c) de autorização de permanência e concessão de visto de trabalho para estrangeiro.
- d) da concessão de visto humanitário.
- e) do acordo migratório latino-americano.

93. Augusto, nacional do Estado X, solicitou asilo diplomático na embaixada do Estado Y, localizada no território do Estado Z, alegando que tem sofrido perseguição política por ação conjunta dos Estados X e Z. O asilo diplomático foi concedido pelo Estado Y, que reconhece como norma de direito internacional costumeiro o asilo diplomático, ao passo que o Estado Z alega que nunca reconheceu tal norma como válida e obrigatória para si.

Nessa situação hipotética,

- a) o Estado Y não pode entregar Augusto às autoridades do Estado Z, após a concessão do asilo, mas pode entregá-lo às autoridade de seu próprio Estado.
- b) o Estado Z está obrigado a conceder a Augusto um salvo-conduto para que ele deixe o seu território.
- c) a embaixada do Estado Y, localizada no território do Estado Z, é inviolável, mesmo estando Augusto em seu interior.
- d) Augusto tem direito a ter reconhecido pelo Estado Z o asilo diplomático concedido pelo Estado Y.
- e) o Estado Y tem o dever de aplicar a Augusto o princípio *aut dedere aut judicare*.

94. Sobre o asilo diplomático, é correto afirmar que ele:

- a) impede a extradição, sempre.
- b) não impede a extradição, sempre.
- c) não impede a extradição, se presentes os princípios para o seu deferimento.
- d) impede a extradição, o que não ocorre com o asilo político.

95. Assinale a afirmativa correta com característica do asilo político:

- a) fundados temores de perseguição por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social;
- b) provocado pela perseguição por crimes políticos de caráter individual;
- c) fundados temores de perseguição por motivos de opiniões políticas;
- d) devido a grave e generalizada violação de direitos humanos;
- e) ato solene de cooperação penal entre países, que consiste na entrega de uma pessoa, acusada ou condenada por um ou mais crimes, ao país que a reclama.

96. Considerando-se o direito internacional privado, o conflito de leis, o reenvio e a interpretação do direito estrangeiro, assinale a opção correta.

- a) A prova dos fatos ocorridos em país estrangeiro rege-se pela lei que nele vigorar, quanto ao ônus e aos meios de produzir-se, não admitindo, porém, os tribunais brasileiros provas que a lei brasileira desconheça.
- b) As partes têm liberdade para escolher a lei de regência em contratos internacionais em razão da regra geral da autonomia da vontade, em matéria contratual. Nesse sentido, as leis, atos e sentenças de outro país, bem como quaisquer declarações de vontade, terão plena eficácia no Brasil, independentemente de qualquer condição ou ressalva.
- c) Entre as fontes do direito internacional privado incluem-se as convenções internacionais, o costume internacional e os princípios gerais do direito, mas não as decisões judiciais e a doutrina dos juristas, estas, somente obrigatórias para as partes litigantes e a respeito dos casos em questão.
- d) Embora entenda o STF que haja paridade entre o tratado e a lei nacional, esse tribunal firmou a tese de que, no conflito entre tratado de qualquer natureza e lei posterior, esta há sempre de prevalecer, pois a CF não garante privilégio hierárquico do tratado sobre a lei, sendo inevitável que se garanta a autoridade da norma mais recente.
- e) Para resolver os conflitos de lei no espaço, o Brasil adota a prática do reenvio, mediante a qual se substitui a lei nacional pela estrangeira, desprezando-se o elemento de conexão apontado pela ordenação nacional, para dar preferência à indicada pelo ordenamento jurídico alienígena.

97. Considerando-se o direito internacional privado, a remissão feita por lei estrangeira:

- a) não é de ser considerada quando se tiver que aplicá-la;
- b) é de ser considerada sempre em sua aplicação, sob pena de mutilar o elemento de qualificação;
- c) é de ser considerada em sua aplicação nos estritos limites da Lei de Introdução à Normas do Direito Brasileiro;
- d) só é de ser considerada quando a remissão for de 2.º grau, não, porém, quando for de 1.º grau.

98. Assinale a alternativa correta:

- a) De acordo com a Lei de Introdução as Normas do Direito Brasileiro, para qualificar os bens imóveis e regular as relações a eles concernentes, utiliza-se a lei do domicílio do proprietário.
- b) A Convenção Interamericana sobre Normas Gerais de Direito Internacional Privado prevê que as questões prévias, preliminares ou incidentes que surjam em decorrência de uma questão principal não devem necessariamente ser resolvidas de acordo com a lei que regula esta última.
- c) De acordo com a Lei de Introdução as Normas do Direito brasileiro, admite-se o reenvio até o segundo grau, salvo se o direito estrangeiro escolhido pelo reenvio for contrário a ordem pública doméstica.
- d) Conforme o Código Bustamante (Convenção de Direito Internacional Privado, 1928), a lei de regência do estatuto pessoal é a lei do domicílio da pessoa física, sem exceção.

99. Priscila, brasileira nascida em São Paulo, é filha de pai português e mãe brasileira. Segundo a legislação lusa, o filho de nacional português pode requerer a nacionalidade portuguesa por meio de processo denominado atribuição de nacionalidade. Entre a lista de documentos a serem apresentados às autoridades portuguesas, estão: registro de nascimento do português (emitido por autoridade portuguesa); certidão de casamento do português e respectiva transcrição (quando celebrado fora de Portugal); certidão de nascimento e documento de identidade do requerente.

Acerca desse tema, assinale a alternativa correta.

- a) Os documentos emitidos fora de Portugal devem ser consularizados/legalizados pelo Consulado-Geral do Brasil em Lisboa.
- b) Os documentos emitidos fora de Portugal devem ser consularizados/legalizados pelo Itamaraty, antes de enviados à autoridade portuguesa responsável por instruir o processo de aquisição de nacionalidade.
- c) Os documentos emitidos fora de Portugal devem ser legalizados pelo Ministério da Justiça brasileiro, antes de enviados à autoridade portuguesa responsável por instruir o processo de aquisição de nacionalidade.
- d) A Convenção da Apostila de Haia, da qual Brasil e Portugal são signatários, simplificou o processo de validação de documentos entre os países: para valer em Portugal, os documentos emitidos no Brasil necessitam apenas de ser apostilados por um cartório brasileiro.
- e) Os documentos emitidos fora de Portugal devem passar pelo processo de notariação no consulado português no Brasil.

100. A respeito das fontes de direito internacional privado, assinale a alternativa correta.

- a) O Supremo Tribunal Federal (STF) adota a teoria da paridade, segundo a qual, havendo conflito entre o tratado internacional e a lei nacional posterior, prevalecem as regras estabelecidas no tratado.
- b) Para entrar em vigência, documentos provenientes de decisões do Mercosul necessitam ser anteriormente incorporados ao ordenamento jurídico brasileiro.
- c) Sentenças estrangeiras não são consideradas fontes de direito internacional privado no Brasil.
- d) A denúncia de tratado internacional já incorporado ao ordenamento jurídico brasileiro depende de aprovação do Congresso Nacional, seguida de decreto promulgado pelo Poder Executivo.
- e) A principal fonte de direito internacional privado de origem nacional é a lei. São consideradas fontes, ainda, a doutrina e a jurisprudência, sendo que a primeira se manifesta como intérprete e guia para a segunda.

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<http://bit.ly/Assinatura-ECJ>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES!

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link conheça!

<https://bit.ly/Sistemas-de-Questões>
